CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

De eventos gospel a Wi-Fi de R$ 108 milhões: conheça a trajetória do ICB

Instituto comandado por Karina Gama passou por projetos culturais, religiosos e financiados por emendas antes de assumir Wi-Fi em SP

Fonte original: Metrópoles. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Metrópoles (metropoles.com)
Autor	Mirelle Pinheiro
Data de publicação	13/09/2026 16:24
URL original	https://www.metropoles.com/colunas/mirelle-pinheiro/de-eventos-gospel-a-wi-fi-de-r-108-milhoes-conheca-a-trajetoria-do-icb
Relevância	Média · Contratos e dinheiro público · Artigo
Pessoas citadas	Karina Gama, Mário Frias, Ricardo Nunes, Gil Diniz, Jair Bolsonaro
Organizações	Academia Nacional de Cultura (ANC), Prefeitura de São Paulo, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Tribunal de Contas do Município, Fastfuture Tecnologias Emergentes, Secretaria Municipal de Inovação, Secretaria Municipal de Cultura
Data da coleta	02/10/2026 10:12
Situação	No ar · última verificação 27/11/2026 23:35
Versões	1

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Metrópoles

RESUMO

Na época, o instituto mantinha endereço na Vila Brasilândia, na Zona Norte de São Paulo.O IDE era um evento de literatura cristã que reunia autores e nomes ligados ao meio gospel.O contrato para a realização do evento foi assinado por Karina Ferreira da Gama, que já estava à frente do ICB.A atuação de Karina também se estendeu a outras organizações. Os R$ 4,9 milhões, portanto, não foram recebidos pela empresa.A mesma companhia aparece posteriormente relacionada a serviços prestados nas eleições de 2022.

Antes de assumir uma parceria de R$ 108 milhões para instalar e manter milhares de pontos de internet gratuita nas periferias de São Paulo, o Instituto Conhecer Brasil (ICB), comandado por Karina Gama (foto em destaque) atuava principalmente em feiras, eventos educacionais, projetos culturais e atividades religiosas.Documentos da investigação da Polícia Civil de São Paulo mostram uma mudança de escala e de perfil da entidade, que passou de iniciativas ligadas à cultura e ao segmento gospel para a execução de um dos principais programas de conectividade da Prefeitura de São Paulo. Leia também Mirelle PinheiroCaso Dark Horse: polícia busca servidores que validaram pagamentos a ONG Mirelle PinheiroDark Horse: empresa ligada ao ICB mudou de dono após prisão por feminicídio Mirelle PinheiroCaso Dark Horse: polícia acha outros quatro acordos entre ICB e pasta de SP Fundado em 1990, o ICB aparece nos documentos inicialmente associado a projetos culturais e religiosos financiados, entre outras fontes, por emendas parlamentares. Com o passar dos anos, a entidade também recebeu recursos para iniciativas esportivas e de letramento digital.O salto ocorreu em 2024, quando o instituto assinou com a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT) um acordo de R$ 108 milhões para instalar, operar e manter 5 mil pontos de Wi-Fi público em comunidades da capital.A parceria se tornou alvo de uma investigação da Polícia Civil sobre possíveis irregularidades na contratação, nos pagamentos e na execução do projeto.Ao pedir autorização à Justiça para fazer buscas, a própria polícia chamou atenção para a mudança no perfil de atuação da entidade.Segundo os investigadores, o ICB não tinha experiência anterior no setor de telecomunicações e atuava tradicionalmente “em feiras e eventos literários ou religiosos”.O instituto também foi o único participante do chamamento público que resultou no acordo de R$ 108 milhões.Literatura e eventos gospelUm dos projetos que ajudam a reconstruir a trajetória do ICB é

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

o encontro literário IDE, realizado em 2018. Na época, o instituto mantinha endereço na Vila Brasilândia, na Zona Norte de São Paulo.O IDE era um evento de literatura cristã que reunia autores e nomes ligados ao meio gospel.O contrato para a realização do evento foi assinado por Karina Ferreira da Gama, que já estava à frente do ICB.A atuação de Karina também se estendeu a outras organizações. Em 2020, ela passou a dirigir a Academia Nacional de Cultura (ANC), que posteriormente também receberia recursos de emendas parlamentares.Em 2023, segundo material anexado à investigação, Karina participou de uma reunião no gabinete do prefeito Ricardo Nunes.No mês seguinte, foi apresentado à Secretaria Municipal de Cultura um pedido de parceria para a realização do Mega Dance Musical, no Parque Ibirapuera.O projeto, associado à Força Jovem Universal, braço jovem da Igreja Universal, previa R$ 1,084 milhão. A documentação obtida pela polícia relaciona os recursos a emendas dos vereadores Atílio Francisco e Rinaldi Digilio.Atletas cristãosOutra empresa relacionada a Karina é a Conhecer Brasil Assessoria, Produção e Marketing Cultural. Fundada em 2005, conseguiu em 2021 autorização para captar R$ 4,9 milhões para produzir uma série sobre atletas cristãos.Na época, Mario Frias ocupava o cargo de secretário especial da Cultura do governo federal. O projeto, porém, foi cancelado e não chegou a captar o dinheiro autorizado. Os R$ 4,9 milhões, portanto, não foram recebidos pela empresa.A mesma companhia aparece posteriormente relacionada a serviços prestados nas eleições de 2022. Entre os registros citados no material anexado ao inquérito está um pagamento de R$ 13 mil feito pela campanha de Felipe Carmona.Emendas de Mario FriasNos anos seguintes, entidades relacionadas a Karina passaram a receber recursos de emendas parlamentares. Em 2025, Mario Frias destinou duas emendas de R$ 1 milhão ao ICB. Uma estava voltada a um projeto esportivo e a outra a uma iniciativa de letramento digital.O instituto afirmou que os dois projetos eram independentes do WiFi Livre SP e que os recursos tinham destinação própria.A Academia Nacional de Cultura também aparece nesse histórico. A entidade recebeu, em 2024, R$ 2,6 milhões em emendas Pix de deputados federais do PL, além de R$ 200 mil destinados pelo deputado estadual Gil Diniz.O dinheiro estava relacionado ao projeto documental “Heróis Nacionais – Filhos do Brasil que não se rende”.R$ 108 milhõesFoi em junho de 2024 que o ICB assumiu o projeto de maior dimensão citado na investigação.O Termo de Colaboração nº 01/2024-SMIT previa R$ 108 milhões para a implantação, operação e manutenção de 5 mil pontos de internet sem fio em comunidades de São Paulo.A mudança de perfil chamou a atenção da Polícia Civil. Na representação apresentada à Justiça, os investigadores afirmaram que o ICB não tinha experiência anterior no setor de telecomunicações e destacaram que somente a entidade participou do chamamento público.A polícia também registrou informações de que o Tribunal de Contas do Município havia apontado ao menos 20 problemas no edital e recomendado a suspensão do procedimento.ValoresO custo do projeto também entrou no radar dos investigadores. Na representação, a Polícia Civil comparou o acordo com contratos anteriores da Prefeitura com a Prodam, empresa municipal de tecnologia.Segundo a polícia, as contratações anteriores previam R$ 230 para implantação e R$ 306 para manutenção por ponto. No acordo com o ICB, o valor poderia chegar a R$ 1,8 mil mensais por ponto.Os investigadores classificaram a nova contratação como “substancialmente mais onerosa para os cofres públicos” e afirmaram que, naquele momento, não haviam encontrado justificativa técnica ou econômica para a diferença.A Prefeitura contesta essa comparação. A administração municipal afirma que o projeto do ICB inclui não apenas o fornecimento de internet, mas equipamentos, infraestrutura, obras civis e elétricas, mapeamento e projetos executivos, entre outros serviços.ExecuçãoO andamento do programa também passou a ser analisado.O plano de trabalho previa 5 mil pontos de conectividade até junho de 2025. A representação policial registra que 3,2 mil haviam sido instalados e que três termos aditivos foram assinados para prorrogar obrigações.A Polícia Civil também apura suspeitas de pagamentos realizados antes da execução correspondente dos serviços. Segundo a representação, R$ 26 milhões teriam sido pagos sem a respectiva entrega.Outro ponto citado no documento envolve mais de R$ 11 milhões pagos

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

ao ICB em julho e agosto de 2024, referentes a 3,2 mil pontos. A representação registra que apenas seis estariam funcionando naquele momento.FornecedoresPara executar o programa, o ICB contratou uma série de empresas. Os sete maiores contratos com fornecedores somavam cerca de R$ 98 milhões.Entre as empresas citadas nos autos estão Make One Tecnologia Digital, Ultra IP Tecnologia e Serviços, Favela Conectada, posteriormente chamada Urban Connect, Complexys Soluções Integradas e Fastfuture Tecnologias Emergentes. Parte dessas empresas acabou sendo alvo das buscas da Polícia Civil.A Make One aparece na representação relacionada a quatro faturas que somavam R$ 8,5 milhões. A Urban Connect é citada em relação a um contrato de R$ 12 milhões. A Complexys entrou no radar por uma nota fiscal de R$ 2 milhões que, segundo a investigação, havia sido cancelada.Novos acordosConforme a coluna divulgou, a investigação acabou mostrando que o acordo de R$ 108 milhões não era o único vínculo entre o ICB e a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia.Durante a Operação WiFi Livre, realizada em 1º de junho deste ano, policiais cumpriram um mandado de busca na sede da SMIT.No 27º andar, o diretor financeiro João Paulo Santana de Jesus apresentou a documentação completa do acordo de R$ 108 milhões e as respectivas prestações de contas.Na mesma ocasião, entregou documentos de "outros 04 (quatro) termos de colaboração" celebrados entre o ICB e a secretaria.Dark HorseComputadores, celulares, pen drives e documentos foram recolhidos durante as buscas. A Justiça também autorizou a extração de mensagens, e-mails, planilhas e arquivos armazenados em nuvem vinculados aos equipamentos apreendidos.A Polícia Civil tenta reconstruir o caminho percorrido pelos recursos públicos, verificar as subcontratações feitas pelo instituto e descobrir quem participou da autorização, fiscalização e execução dos pagamentos.Foi nesse contexto que a investigação paulista acabou se aproximando do caso Dark Horse.Karina, representante legal do ICB, também é ligada à Go Up Entertainment, produtora do filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro. Mario Frias é produtor executivo da obra.A Polícia Civil registrou entre as hipóteses investigadas a possibilidade de recursos públicos destinados ao programa de Wi-Fi terem sido desviados para outras finalidades, inclusive para a produção do filme.A Prefeitura de São Paulo nega que recursos municipais tenham sido usados na produção e afirma não existir relação entre o WiFi Livre SP e o filme.

são paulo

Fonte original: https://www.metropoles.com/colunas/mirelle-pinheiro/de-eventos-gospel-a-wi-fi-de-r-108-milhoes-conheca-a-trajetoria-do-icb · Coletado em 02/10/2026 10:12 · Gerado em 27/11/2026 23:54

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.